

CMPF reduzirá aplicações de curto prazo

BRASÍLIA – O governo brasileiro admite, no memorando técnico de entendimento que acompanha o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que a elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38% vai “reduzir o retorno das aplicações financeiras no curto prazo” e “elevar a demanda por moeda por meio de alteração nos depósitos à vista”.

Essa migração das aplicações de curto prazo para depósitos à vista nos bancos é o efeito adverso da elevação das alíquotas da CPMF que foi considerado pelo governo e pelo FMI na definição dos limites do Crédito Interno Líquido (CDL) do País no próximo ano. O CDL é definido como a diferença entre a base monetária e as reservas internacionais líquidas do Banco Central.

Ao definir limites para o CDL, o governo e o FMI estão indicando que a oferta interna de crédito ao setor público e privado dependerá do comportamento das reservas do País. Se elas caírem, os juros serão aumentados e o crédito reduzido para evitar que haja excesso de dinheiro na economia. (L.A.O.)